

## Antropóloga alerta sobre situação de 200 mil índios

**GALENO DE FREITAS**

Da nossa equipe de reportagem

A sobrevivência de 200 mil índios brasileiros — o que sobrou de nossa população indígena após quase cinco séculos de civilização branca — enfrenta hoje novas ameaças, com a abertura das reservas à garimpagem e com a tentativa de mudanças no Código Civil rebaixando ainda mais os direitos dos índios.

Para a antropóloga Eunice Ribeiro Durham só a organização interna dos índios, com apoios na sociedade brasileira, poderá evitar esta tragédia que é o aniquilamento físico das populações indígenas. De sua sala de trabalho no Departamento de Ciências Sociais da USP, ela fala da reunião, que começa nesta segunda-feira, da União das Nações Indígenas em Brasília, do ato público que a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência fará no Masp em São Paulo ("Política Contra o Índio") e das possibilidades de sobrevivência dos índios:

"A Sociedade Brasileira de Antropologia congrega um grande número de profissionais que têm, por dever de profissão, um contato muito íntimo com as populações indígenas. E é muito difícil para qualquer profissional que trabalhe nesta área não ficar absolutamente indignado com o que se passa neste campo. Na verdade, os antropólogos têm uma responsabilidade social para com os índios. E é nesta capacidade que nós temos apoiado movimentos que os próprios índios organizam hoje.

"Folha": Neste momento em que se multiplicam os conflitos, veja o caso dos *txucarramães* no Xingu, a senhora acredita que esta mobilização dos índios produzirá efeitos práticos?

Eunice Durham: Esta questão tem de ser considerada em dois níveis. Em primeiro lugar, acho que há um fator irreversível hoje que é uma movimentação dos próprios índios. E a tentativa que eles estão fazendo, de se organizarem coletivamente, na União das Nações Indígenas. Não há um censo específico para as populações indígenas, mas as estimativas, mais cuidadosas indicam que sobraram 200 mil índios, mais de uma centena de grupos diversos com línguas diferentes. Por isso é espantoso assistirmos a esta capacidade de organização que eles estão revelando sendo tão poucos, tão dispersos e tão diversos entre si — portanto com comunicação intertribos tão difícil. A União das Nações Indígenas, que já tem um passado de lutas considerável, reunirá esta semana em Brasília mais de 500 líderes na defesa coletiva de seus direitos. Este é um fenômeno importante. É impossível alguém de fora levar as tribos a uma defesa integral das populações indígenas. Agora, quando as populações se organizam e começam a ter voz, acho que esta luta se torna viável. Mesmo porque, por vias transversas, eles contam com uma representação no Congresso através de Mário Juruna.

"Folha": Então a senhora, como antropóloga, envolvida com a questão do índio, considera que o xavante Mário Juruna está correspondendo ao mandato recebido?

Eunice Durham: Sim. O deputado Juruna, apesar de não ter sido eleito pelos índios, efetivamente é um porta-voz dos índios na Câmara Federal. Ele abriu um lugar importante para que os índios possam ir ao Congresso e tem sido intensamente utilizado como porta-voz.

"Folha": A senhora acha isto possível?

Eunice Durham: Bom, eu acho que é possível. Talvez não seja possível integralmente conter o despojamento dos indígenas. Mas certamente eu acho que é possível — tem de ser possível! — a gente impedir a destruição total desta população do Brasil. Imaginar que se pode aceitar o aniquilamento destas etnias não é apenas derrotismo prévio, é aceitar um crime monstruoso.

"Folha": Todavia, o movimento deste capitalismo predatório, e aqui cabe bem a expressão selvagem, fica muito difícil visualizar como conter esta agressão aos índios...

Eunice Durham: Não se trata de resguardar culturas, colocando-as em redomas, de tal forma que elas não se alterem. E preciso preservá-las, em primeiro lugar, fisicamente, e depois desenvolver formas de adaptação e integração próprias na sociedade brasileira. Agora, isto não se dará se não lhes dermos a possibilidade — aliás assegurada na letra da Constituição — de defender suas terras.

"Folha": Exatamente isto que parece mais difícil.

Eunice Durham: Sim, mas é importante tomarmos consciência de que a população indígena está aumentando. E que há um esforço muito sério de preservação da identidade indígena por parte das próprias comunidades indígenas. O mais interessante a respeito da população indígena é que ela não foi ainda destruída, quer dizer, isto é uma prova de sua capacidade de resistência. Aonde ela conseguir manter um mínimo de gente viva, ela consegue preservar sua cultura. E não só isso, em grande parte, nós assistimos hoje, em alguns

lugares, um verdadeiro renascimento da cultura indígena. Uma capacidade de resistência fantástica. Por exemplo, os terenas de Mato Grosso e as populações indígenas do Nordeste, onde a aglutinação em defesa da terra leva a uma valorização da própria etnia.

"Folha": A luta pela terra é fundamental.

Eunice Durham: Sem dúvida. Agora, eu não acho que a população indígena possa sobreviver tal como está. É possível, a partir da própria atuação política dos índios, assegurar um mínimo de controle, por parte deles, sobre a própria transformação que eles vão seguir. E isto que eu acredito. Não creio que a sobrevivência possa se dar através de benesses estatais, criando-se redomas nas quais preservemos intactas as culturas indígenas. Isto seria até interessante mas a história não caminha nesta direção. Mas creio que o movimento político dos índios, com os apoios na sociedade, poderá assegurar este bem fundamental para eles, a terra.

"Folha": A senhora fala em apoios na sociedade, mas não é fácil incluir a questão do índio na política brasileira...

Eunice Durham: Eu acho que não. A questão democrática não pode ser resolvida parcialmente. Não se pode dar voz e voto aos profissionais liberais e negá-los aos operários. Não se pode dar voz e voto aos brancos e negá-los aos índios, porque isto não seria democracia. Temos que pensar a democracia em termos gerais, em termos do conjunto da população. Temos que pensar a cidadania em termos até antiquados, em termos do século 18, como alguma coisa a que todos devem aceder. Por isto é que acho a questão indígena é fundamental. Se vamos refletir sobre o problema da democracia e da participação, temos que pensar o problema das minorias.

"Folha": E os partidos políticos, como encaram a questão?

Eunice Durham: Nos partidos de oposição, existe uma sensibilidade para o problema e uma disposição de defender pelo menos em tese os índios. Na prática, os índios se defendem, mas eles precisam contar com apoio na sociedade civil. Os partidos podem dar este apoio e têm dado. Afinal, a questão da minoria indígena é importante até em nível simbólico. O índio é o símbolo da brasilidade.

"Folha": Mas há condições de se ampliar a mobilização da sociedade em defesa do índio?

Eunice Durham: Eu acho que há condições de mobilização neste sentido. O que se está fazendo com os índios abre precedentes perigosos. Claro que também o operário sofre desta espoliação que usa o instrumental do Estado autoritário, burocrático e centralizador. No caso do índio, todavia, há uma intensificação do uso destes mecanismos. Neste momento em que as populações indígenas começam a se mobilizar, seus direitos começam a ser negados na lei. Isto é importante porque há esta possibilidade de a lei se tornar eficaz. E há tentativas muito claras de redução destes direitos, hoje. A preservação destes direitos é básico.

"Folha": Que tentativas são estas?

Eunice Durham: A modificação proposta no Código Civil é retrocesso absolutamente inaceitável. Atualmente, no Código Civil o índio é considerado relativamente incapaz. Ele pode firmar contratos, mas tem de ser assistido. A mudança proposta transforma o índio em totalmente incapaz. Ele ficará sem voz. Mas não se trata só disso. Quando as coisas se passam no Congresso, elas são mais ou menos transparentes. O mais perigoso é quando as transformações são feitas através de decretos do Executivos — muitas vezes contra a Constituição — alterando os direitos dos índios.

"Folha": Quais são estas mudanças via decretos?

Eunice Durham: Uma primeira mudança fundamental atinge a posse da terra pelos índios. Antigamente, antigamente não, na Lei, o direito a posse da terra é anterior à demarcação. Cabe à Funai apenas reconhecer este direito e fazer com que este direito fosse respeitado com a demarcação das terras. Agora, através de um decreto presidencial, as propostas da Funai passam a ser julgadas pelo colegiado formado pelo Ministério de Assuntos Fundiários e Ministério do Interior. Quer dizer, não se trata mais de reconhecer os direitos dos índios, mas de acomodá-los com os interesses do capitalismo. A segunda mudança é a abertura das áreas indígenas à mineração. Isto efetivamente destrói a posse da terra. Abrem-se as áreas ao garimpeiros e às empresas, e com isto revoga-se a posse da terra. A Lei que assegura a posse da terra ao índio, assegura também o gozo de todas as riquezas, coisa que este decreto denega.

Bastante otimista com a luta dos antropólogos e outros segmentos da sociedade em apoio ao movimento político dos índios, a professora Eunice Durham continua acreditando que existe em nossa sociedade um lugar para índio que não seja — ela lembra uma frase de Darci Ribeiro — o de mendigo.